

Lula aceita negociar a estabilidade com Centrão

SÃO PAULO — A negociação, com as "pessoas sérias do Centrão", da estabilidade no emprego e de outros temas polêmicos da Constituinte, foi defendida ontem pelo Deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) durante debate com o Deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), promovido pela Delegacia Distrital da Zona Sul do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp).

Lula, que até há poucos dias dizia que votaria pela proposta do PT, de estabilidade após 90 dias de emprego, defendeu a necessidade de uma discussão da proposta do Centrão, pois considera urgente reverter o índice de rotatividade nas empresas, registrado atualmente. No entanto, criticou a proposta de indenização progressiva, "porque dinheiro não resolve o problema do trabalhador, é só uma ilusão". Ele acha que tal negociação deveria ser feita com pessoas "bem intencionadas" ligadas ao Centrão porque, disse, elas existem, embora algumas das lideranças do grupo estejam fazendo apenas "altas negociações com o Presidente José Sarney para estabelecer o mandato de cinco anos".

O Deputado Afif Domingos disse que aceitaria conversar sobre o assunto, mas que não mudaria sua posição contrária à estabilidade e favorável à indenização progressiva. Em sua opinião, a "estabilidade é uma bandeira do populismo que, como o Plano Cruzado, levou o País ao maior estelionato eleitoral da história".

As divergências entre os dois debatedores marcaram a reunião promovida pela Ciesp. Na verdade, Lula e Afif só concordaram quanto ao regime de governo e à duração do mandato de Sarney: presidencialismo e quatro anos. Para Afif, só a mobilização popular e a pressão da sociedade sobre os constituintes "reverterão a tendência pelos cinco anos e farão com que os parlamentares votem segundo o desejo da sociedade e não das negociações políticas de gabinete".

Lula afirmou que será candidato de seu partido à Presidência da República independentemente do que a Constituinte aprovar sobre a duração do mandato presidencial, e Afif admitiu que poderá concorrer pelo PL à sucessão de Sarney, mas ressaltou que o partido ainda não se definiu sobre nomes.

O Líder do PT anunciou ainda que, durante a reunião do diretório nacional do partido, no fim de semana, decidiu-se fazer uma triagem das fi-



Lula e Afif debatem temas da nova Carta, no encontro promovido pelo Ciesp

Afif: contracheque deve apontar todos os encargos

A inclusão no contracheque dos trabalhadores de todos os encargos pagos pelos empregadores ao Governo foi proposta ontem pelo Deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) como forma de promover uma conscientização sobre o volume de recursos arrecadados pelo Estado que, em sua maior parte, não retornam sob a forma de benefícios sociais, mas servem apenas para sustentar "a mordomia e a corrupção".

Afif acha que dessa forma empregadores e trabalhadores teriam condições de analisar o volume de dinheiro recolhido e, eventualmente, lutar para que parte desses recursos ficassem retidos em suas mãos. Essa verba, segundo propõe o Deputado, seria destinada a benefícios sociais na

área de saúde, educação, habitação, etc; administrados em regime de co-gestão.

O novo salário bruto (incluindo o que a empresa paga em nome do empregado) surpreenderia, segundo Afif, a maioria dos trabalhadores. Ele calcula que isso representa de 30 a 35 por cento das folhas de pagamento.

— O dinheiro que vai para o Estado não volta. Dos recursos arrecadados, só 20 por cento retornam em forma de benefícios, como mostrou recentemente estudo de um Ministério. Na área do menor, só 5 por cento retornam — afirmou. Afif também quer que os tributos que incidem sobre os produtos sejam discriminados na embalagem "para mostrar quem é o verdadeiro vilão".

liações ao partido, para evitar uma inchação semelhante à que ocorreu com o PMDB nos últimos anos. Segundo Lula, multiplicou-se nos últimos meses o número de cartas de interessados em ingressar no partido para concorrer às próximas eleições. Assim, a partir de agora, o nome de qualquer interessado em engrossar

as fileiras petistas será previamente analisado pelos diretórios municipais ou estaduais.

— Senão corremos o risco de ficar como o PMDB, que passou 20 anos xingando o Prisco Viana e o José Sarney, e agora está no poder com eles. Desta forma, chega-se ao poder, mas não se exerce o poder.

Quatro propostas sobre emprego vão ao Plenário

BRASÍLIA — Quatro propostas básicas sobre a estabilidade no emprego dividirão os votos dos constituintes. Elas vão desde a relação estável de trabalho, como foi aprovado na Comissão de Sistematização, até o pagamento de indenização em dinheiro, proposta pelo Centrão, passando pela fórmula que deixa para a legislação ordinária a regulamentação da estabilidade, defendida pela Liderança do PMDB e o "Grupo dos 32". A outra proposta, ainda em fase de negociações, também prevê a indenização, mas regulamentada em lei complementar.

A proposta do Centrão tem preferência para votação em plenário por ter conseguido mais de 230 assinaturas de apoio. Ela prevê a estabilidade no emprego, após 12 meses, mediante garantia de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado, nos casos de demissão sem justa causa, e, nos casos de força maior, de indenização na forma da lei. É a base da proposta dos empresários gaúchos, derrotada na Sistematização.

Mas os líderes do Centrão admitem negociar a proposta intermediária elaborada na semana passada, com o apoio do "Grupo dos 32", do "Centrinho" e dos sindicalistas paulistas Luis Antônio Medeiros (Sindicato dos Metalúrgicos) e Rogério Magri (Sindicato dos Eletricistas). Esta fórmula prevê a estabilidade no



Távora coordena "Grupo dos 32"

emprego protegida contra demissão arbitrária, assim definida em lei complementar, que assegurará indenização compensatória. Nas Disposições Transitórias, fica estabelecido que, enquanto a lei complementar não for promulgada, a indenização corresponderá 50% do FGTS, para os contratos vigentes em 1º de janeiro de 1988.

Esta medida foi introduzida para garantir a estabilidade até a publicação da lei complementar, mas acaba estabelecendo a retroatividade, porque beneficia os contratados vigentes atualmente. Os coordenadores do Centrão aprovaram a primeira parte, mas não aceitaram a multa de 50% sobre o FGTS, alegando que

precisavam estudar o impacto da retroatividade junto ao empresariado. Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Afif Domingos (PL-SP) argumentam que a criação de fundos para o pagamento das indenizações, poderá levar muitas empresas à insolvência. No entanto, para viabilizar a negociação, os dois apresentaram emendas individuais onde estão previstos índices variando entre 20% e 50%.

O Senador Virgílio Távora (PDS-CE), coordenador do "Grupo dos 32", informa que as negociações serão reiniciadas após a publicação das emendas de plenário, já com o parecer do Relator Bernardo Cabral, previsto para quinta ou sexta-feira. O "Grupo dos 32" aposta no acordo, mas tem a sua própria emenda, apresentada pelo Senador José Richa (PMDB-PR), fixando o princípio da estabilidade na Constituição, mas deixando a regulamentação para a legislação ordinária. Trata-se do texto do Substitutivo Um de Cabral, também apoiado pelo Líder do PMDB, Mário Covas (SP), e pelo "Centrinho".

O texto da Sistematização é apoiado pelos partidos de esquerda. Ela prevê a garantia do direito ao trabalho, mediante relação em emprego estável, ressalvados o contrato a termo, falta grave e justa causa, e as demissões baseadas em fato econômico intransponível, fato tecnológico ou infortúnio da empresa.

Câmara pagou por 490 geladeiras 6,9 milhões

BRASÍLIA — Os deputados que se encontram fora de Brasília terão, ao voltar, uma agradável surpresa em seus gabinetes. Até o final da semana, todos já terão recebido suas geladeiras, adquiridas pela Câmara para aliviar o serviço de copa. A compra das 490 geladeiras custou aos cofres públicos quase CZ\$ 7 milhões.

Segundo o Diretor Geral da Câmara dos Deputados, Ademar Sabino, que autorizou a compra, as geladeiras vão significar uma redução nos custos, porque atualmente existe uma única copeira para atender aos 40 gabinetes e a contratação de mais pessoal significaria gastos na realização de concurso público. Sabino disse que no último concurso, realizado no ano passado, foram gastos mais de CZ\$ 6 milhões. Além disso, profissionais de nível superior acabariam se inscrevendo para as provas e depois exigiriam a troca de função.

Ante dessas dificuldades, a Diretoria Geral decidiu comprar as geladeiras, com licitação feita em novembro passado. A estimativa de

custo era de CZ\$ 7 milhões e a empresa vencedora na concorrência acabou vendendo por CZ\$ 14.100 a unidade. Sabino, sem necessitar de aval da Mesa, concordou com a aquisição, feita através da empresa MAC, num total de CZ\$ 6,9 milhões.

Nos primeiros nove meses de trabalho, a Constituinte gastou CZ\$ 815,34 milhões com o seu funcionamento. De 1º de fevereiro a 31 de outubro, foram gastos cerca de CZ\$ 3 milhões por dia, despesas que incluem cafézinhos, chás, lanches, impressos, horas extras e manutenção do painel eletrônico. Até um coquetel entrou nas contas da Constituinte: CZ\$ 117,5 mil foi a quantia gasta com a recepção que o Presidente Ulysses Guimarães ofereceu ao Primeiro-Ministro espanhol, Felipe Gonzales, no dia 16 de junho. E o aluguel dos telões para a transmissão da solenidade de abertura da Constituinte custou CZ\$ 54,40 mil.

O painel eletrônico de votação não dá dores de cabeça apenas na contagem de votos, quando um ou outro é invertido à revelia do autor. Sua

manutenção também preocupa, pois foi mais cara do que o previsto no orçamento inicial. Ao custo original de CZ\$ 32 milhões foram somados CZ\$ 77,07 milhões, devido aos reparos e adaptações necessárias.

A cobertura da Constituinte é feita através de repasses dos orçamentos da Câmara, a maior parte, e do Senado. Apenas as despesas com o Prodasen, a gratificação dos funcionários e com a impressão de diários, avulsos e do "Jornal da Constituinte" são divididas entre as duas Casas.

A gratificação do chamado "núcleo de apoio" — formado pelos 800 servidores com dedicação integral à Constituinte — custou à Câmara, neste período de nove meses, CZ\$ 86,23 milhões e ao Senado, CZ\$ 74,03 milhões, valores previstos desde o início.

As despesas com obras de adaptações e cobertura de gabinetes e das comissões alcançaram o total de CZ\$ 2,39 milhões, sem contar os CZ\$ 3,59 milhões empregados na troca do sistema de som.

anterior, o do Legislativo, que está totalmente estruturado para um regime parlamentarista.

Como não há mais nenhuma possibilidade de apresentação de novas emendas e o capítulo do Legislativo não é objeto de outras emendas — até mesmo o Centrão, em suas emendas coletivas, o repete quase integralmente —, Fogaça prevê que, caso seja aprovada a emenda presidencialista, o Presidente ficará "mobilizado e impedido de governar". Isto porque o capítulo do Legislativo mantém para o Congresso atribuições típicas do regime parlamentarista, transformando esta instituição numa espécie de contraponto ao Executivo.

— Há absoluta incompatibilidade — disse Fogaça.